



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

PORTARIA PRE Nº 199, DE 26 DE MAIO DE 2021

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao primeiro quadrimestre de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 1º quadrimestre de 2021, constante do Anexo desta Portaria.

Des. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO
Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2020 A ABRIL/2021

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	619.612.583,24
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	112.880.918,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	506.731.665,12

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,066411%

			% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,076192%	581.362.944,01
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	580.783.046,07
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	579.707.182,79
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Ana Carolina Silva Costa
 Secretária de Orçamento e Finanças

Renata Couto Lessa Lima
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

Encaminhe-se ao Exmo. Sr. Des. Presidente,

Maurício Caldas de Melo
 Diretor-Geral

Des. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO
 Presidente

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	LIQUIDADAS													
	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.507.060,27	45.045.137,35	45.018.579,21	45.173.042,95	45.247.247,99	48.921.574,70	76.033.926,62	60.137.515,10	60.708.122,87	45.669.115,77	45.807.565,94	45.773.289,37	609.042.178,14	10.570.405,10
Pessoal Ativo	36.588.636,48	36.113.799,98	36.111.498,36	36.193.413,61	36.309.513,95	39.981.753,11	62.655.044,13	51.246.604,05	47.292.279,43	36.711.225,91	36.850.336,79	36.816.229,94	492.870.335,74	10.517.405,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.454.878,87	29.980.426,35	29.958.900,79	30.067.814,42	30.139.347,71	33.803.979,73	50.334.285,60	44.954.995,13	41.152.319,97	30.557.155,77	30.708.752,57	30.672.127,04	412.784.983,95	10.413.640,59
Obrigações Patronais	6.133.757,61	6.133.373,63	6.152.597,57	6.125.599,19	6.170.166,24	6.177.773,38	12.320.758,53	6.291.608,92	6.139.959,46	6.154.070,14	6.141.584,22	6.144.102,90	80.085.351,79	103.764,51
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.918.423,79	8.931.337,37	8.907.080,85	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.378.882,49	8.890.911,05	13.415.843,44	8.957.889,86	8.957.229,15	8.957.059,43	116.171.842,40	53.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.184.715,98	7.159.848,74	7.140.109,55	7.175.380,12	7.157.139,79	7.159.227,34	10.752.413,34	7.114.119,03	10.691.503,46	7.129.293,72	7.143.739,07	7.136.225,31	92.943.715,45	17.000,00
Pensões	1.733.707,81	1.771.488,63	1.766.971,30	1.804.249,22	1.780.594,25	1.780.594,25	2.626.469,15	1.776.792,02	2.724.339,98	1.828.596,14	1.813.490,08	1.820.834,12	23.228.126,95	36.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.964.567,43	8.931.337,37	9.060.689,67	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.382.792,77	5.322.424,35	13.415.843,44	8.957.889,86	8.957.229,15	8.977.959,11	112.827.918,12	53.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	46.143,64	-	153.608,82	-	-	-	3.910,28	49.361,18	-	-	-	20.899,68	273.923,60	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.918.423,79	8.931.337,37	8.907.080,85	8.979.629,34	8.937.734,04	8.939.821,59	13.378.882,49	5.273.063,17	13.415.843,44	8.957.889,86	8.957.229,15	8.957.059,43	112.553.994,52	53.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.542.492,84	36.113.799,98	35.957.889,54	36.193.413,61	36.309.513,95	39.981.753,11	62.651.133,85	54.815.090,75	47.292.279,43	36.711.225,91	36.850.336,79	36.795.330,26	496.214.260,02	10.517.405,10
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL										VALOR			% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)										763.023.603.538,79			-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)										506.731.665,12			0,066411	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)										579.707.182,79			0,075975	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)										550.721.823,65			0,072176	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)										521.736.464,51			0,068378	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SETCO/CCF/SOF e COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 20/05/2021, 15h28min

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período anterior ao da apuração", foi excluído o valor de R\$ 2.280,84, relativo aos meses de maio a julho/2020, pois a competência pertence ao período de apuração.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 853, de 20 de maio de 2021.